

Assentamentos do DF terão água e esgoto

Todos os assentamentos do Distrito Federal contarão com redes de água e esgoto condominial, num projeto que envolverá recursos da ordem de CR\$ 300 bilhões e beneficiará em torno de 500 mil habitantes. De acordo com a diretoria da Caesb a coleta e tratamento de esgotos têm uma importância vital, tanto para a manutenção da saúde pública como para a preservação da qualidade dos recursos hídricos da região. A opção pela implantação da rede por ramal condominial foi



Todos os assentamentos vão dispor de água e esgoto

precedida de ampla discussão, envolvendo técnicos da Caesb, Secretaria de Desenvolvimento urbano e Secretaria do meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

Já utilizado com sucesso em di-

versas cidades do Nordeste e no Estado do Rio de Janeiro, o sistema apresenta, entre outras vantagens, a redução do custo da obra em até 50 por cento em relação aos custos para implantação do sistema convencional. O sistema de esgotamento sanitário da cidade, a ser implantado, deverá obrigatoriamente avaliar a viabilidade da aplicação do sistema por ramal condominial, que consiste basicamente na utilização da área interna dos lotes como local de passagem das tubulações de coleta de esgotos.

A instalação em locais sem tráfego de veículos permite a utilização de profundidades reduzidas e a proximidade das caixas de inspeção — colocadas em cada lote — propicia uso de diâmetros menores, facilitando a limpeza dos tubos pela própria comunidade, em caso de obstrução. Em síntese, ao invés de

cada residência construir seu ramal domiciliar para ligar os esgotos ao coletor público que passa na rua, todos os esgotos de um conjunto são interligados, permitindo a ligação pública em apenas um ponto, com redução dos custos.

Outro dado importante é a diferenciação das tarifas atendidas pelo ramal condominial em relação às outras, dotadas com o sistema convencional, já que serão levados em conta o custo da implantação e a facilidade de manutenção e operação das redes. Os recursos para implantação do sistema são provenientes da Terracap, Caixa Econômica Federal, Banco Interamericano para o Desenvolvimento e Ministério da Ação Social. Toda a execução estará a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, através da Caesb, que também será responsável por sua manutenção.